



À

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO
PARNAÍBA – CODEVASF**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO
EDITAL N.º 10/2022**

PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.179.264/0007-66, com sede na rua Av. Fernandes Lima, 1959, Pinheiros, Maceió-AL, CEP 57057-000, por seus representantes legais, vem, tempestivamente, com fundamento nos preceitos legais pertinentes e aplicáveis à espécie, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do edital, consoante as razões de fato e de direito a seguir expostas:

1) ITEM 3.5 DO EDITAL E 6.5 DO TR: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Eis o item impugnado:

3.5.1.5 Certificado de Registro emitido pelo Exército Brasileiro para utilização de PCE – Produto controlado pelo Comando do Exército, conforme determina a Portaria nº 56- COLOG, de 05 de junho de 2017.

6.5. Certificado de Registro emitido pelo Exército Brasileiro para utilização de PCE – Produto controlado pelo Comando do Exército, conforme determina a Portaria nº 56- COLOG, de 05 de junho de 2017

A Portaria nº 56 COLOG de 5 de junho de 2017 tem como base o previsto no Decreto nº 3.665 de 20 de junho de 2000, sendo que o Decreto 3.665 fora revogado com a advento do Decreto 10.030 de 30 de setembro de 2019.

Esse último o Decreto em vigor aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

No entanto, o Decreto 10.030 de 30 de setembro de 2019, em vigor, nos seus Artigos 77, 78 e 83 § 2º, delega as atribuições de autorização para aquisição, dotação e tráfego de Produtos Controlados das empresas de segurança privada ao Departamento de Polícia Federal, conforme abaixo se vê:

REGULAMENTO DE PRODUTOS CONTROLADOS (ANEXO I DO DEC 10.030 DE 30 DE SETEMBRO DE 2019)

Art. 77. A aquisição de PCE por empresa de segurança privada será autorizada pela Polícia Federal.

Art. 78. Caberá à Polícia Federal definir a dotação de PCE das empresas de segurança privada, justificadas a sua necessidade e a sua conveniência, e encaminhá-la ao Comando do Exército para aprovação.



Art. 83. O tráfego de PCE no território nacional seguirá as normas editadas pelo Comando do Exército no que concerne ao controle de PCE.

§ 2º O tráfego de PCE das empresas de segurança privada e transporte de valores seguirá as normas editadas pela Polícia Federal.

Como se vê a exigência de apresentação do Certificado de Registro emitido pelo comando do exército, deixou de ser cabível com o advento do Dec. Lei nº 10.030 de 20 de setembro de 2019, uma vez que tais atribuições foram delegadas a Polícia Federal, cabendo a esta as atribuições de autorização para dotação, aquisição, tráfego e armazenamento de Produtos Controlados das empresas de segurança privada, sendo o Alvará de Funcionamento Válido emitido pelo Departamento de Polícia Federal, o documento hábil para a comprovação de que a empresa tem autorização para adquirir, transportar e armazenar produtos controlados.

Corroborando esse entendimento, é pertinente expor o entendimento da Universidade Federal de Alagoas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 001/2020:

3.1. A exigência da apresentação do Certificado de Registro válido junto ao Comando do Exército deve-se ao fato de que é necessário que a empresa comprove estar com os produtos controlados de que faz uso para suas atividades (armamento e coletes balísticos) devidamente regularizados junto aos órgãos de fiscalização. 3.2. Observando de forma mais atenta verifica-se que os Artigos 77, 78 e 83 § 2º, delega as atribuições de autorização para aquisição, dotação e tráfego de Produtos Controlados das empresas de segurança privada ao Departamento de Polícia Federal, ficando sob a responsabilidade deste órgão as atribuições de autorização para dotação, aquisição, tráfego e armazenamento de Produtos Controlados das empresas de segurança privada. 3.3. A portaria nº 3233/2012/DPF em seu Art. 115. estabelece que as empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança somente serão autorizadas a adquirir armas, munição, coletes à prova de bala e outros produtos controlados se estiverem com a autorização de funcionamento e o certificado de segurança válidos. 3.4. Ainda em seu Art. 127 a portaria nº 3233/2012/DPF estabelece que as empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem adquirir armas e munições deverão apresentar requerimento dirigido ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, informando a quantidade e especificações das armas e munições. 3.5. Conforme Art. 130. da Portaria nº 3233/2012/DPF, os processos administrativos de autorização de aquisição de armas, munições e demais produtos controlados, em todos os casos previstos nesta Portaria, serão encaminhados à CGCSP sem a necessidade de parecer conclusivo da unidade descentralizada de origem, exceto quando for necessária ou conveniente sua manifestação sobre situações de fato que poderão influenciar na análise do pedido. § 1º Após o saneamento do processo, a



DAPEX/CGCSP consignará: I - a proposta de aprovação; II - os motivos que ensejaram o arquivamento, adotando-se o procedimento previsto no art. 200; ou III - os motivos que ensejaram o indeferimento do pedido, adotando-se o procedimento previsto no art. 200. § 2º Proposta a aprovação, o Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada decidirá sobre o pedido. § 3º Da decisão de arquivamento ou indeferimento proferida pela DAPEX/CGCSP caberá recurso, no prazo de dez dias, ao Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada. § 4º O alvará de autorização, expedido pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada, será publicado no DOU, contendo natureza e quantidade das armas, munições e outros produtos controlados autorizados, e terá validade pelo período de noventa dias a contar de sua publicação. § 5º No caso de aquisição de armas de fogo e outros produtos controlados sujeitos a registro, a solicitação do registro deve ocorrer dentro do prazo de validade previsto no § 4º, instruindo-se o pedido com a nota fiscal e cópia do alvará de autorização de compra, sob pena de caducidade do respectivo alvará. 3.6. Conforme Art. 131. da referida Portaria, as empresas de segurança especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem adquirir coletes de proteção balística deverão apresentar requerimento dirigido a Delesp ou CV, especificando quantidade e nível de proteção. 3.7. Já no Art. 133 da Portaria nº 3233/2012/DPF se estabelece que a autorização para compra de coletes de proteção balística será expedida pela Delesp ou CV, com validade de sessenta dias, prorrogáveis uma vez e por igual prazo, constando CNPJ, razão social e endereço da empresa, especificação e quantidade dos coletes autorizados. 3.8. Continua a Portaria nº 3233/2012/DPF no seu Art. 134. estabelecendo que as empresas especializadas e as que possuem serviço orgânico de segurança que desejarem transportar armas e munições entre estabelecimentos da mesma empresa ou para suprimento de postos de serviço, ou em outras situações que se fizerem necessárias, deverão apresentar requerimento à Delesp ou CV. 3.9. O Art. 137. da referida Portaria estabelece ainda que as armas, munições, coletes de proteção balística e demais produtos controlados de propriedade das empresas especializadas e das que possuem serviço orgânico de segurança serão guardados em local seguro, em seu estabelecimento, de acesso restrito a pessoas estranhas ao serviço. 3.10. Por fim retornamos ao § 1º do Art. 1 da Portaria nº 3233/2012/DPF que estabelece que “As atividades de segurança privada serão reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal - DPF e serão complementares às atividades de segurança pública nos termos da legislação específica” 3.11. Observa-se que de fato antes mesmo do advento do Decreto nº 10.030 de 20 de setembro de 2019, os processos de autorização para aquisição, transportes, armazenamento de produtos controlados para as empresas de segurança privada, bem como a sua fiscalização, é atribuição do Departamento de Polícia Federal, tendo a referido Decreto 10.030 de 20 de setembro de 2019 formalizado a delegação de atribuições. 3.12. Sendo assim **entendemos pertinente a petição da empresa PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, motivo pelo qual concluímos que o Alvará de Autorização Válido, substitui o Certificado de Registro no Comando do Exército exigido** no item 9.23.7. do Edital nº 001/2020 e no item 23.8 do Termo de Referência.



3.13. Evidente que o objetivo é corrigir o equívoco cometido, sem, no entanto, provocar atrasos no trâmite do processo, motivo pelo qual entendemos que as modificações devam ser alvo de aviso de ajuste no edital na plataforma COMPRASNET, sem modificar a data da sessão pública do pregão, uma vez que tal modificação inquestionavelmente não afeta a formulação das propostas, decisão lastreada no Art. 22 do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, a saber: Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes. 3.14. Isto posto, dê ciência ao peticionante do conteúdo deste expediente, com a publicação do mesmo no quadro de avisos do Comprasnet e continuidade dos trâmites relativos ao procedimento licitatório. É o que propomos salvo melhor juízo.

Por fim, constata-se que a exigência desse documento não encontra previsão em lei.

Nesse sentido, vale assinalar que qualquer ato administrativo deve estar subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, caput, 84, IV), de modo que a Administração poderá atuar tão somente de acordo com o que a lei determina.

Sobre o tema, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize. Onde, administrar é prover aos interesses públicos, assim caracterizados em lei, fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições. (Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 2002, p. 87/88)

Ante o exposto, reque-se a exclusão do item impugnado.

2) ITENS 3.1.25 E 5.3.17 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Eis os itens impugnados:

3.1.25. Controlar entradas e saídas de materiais e equipamentos, informando à Administração quaisquer ocorrências em desacordo.

5.3.17. Controlar a entrada e saída de materiais e bens não patrimoniais e reter as autorizações para a saída de bens pertencentes ao acervo patrimonial da CODEVASF.



Ocorre que, segundo o art. 1, § 3º, I, da Portaria DPF Nº 3233 DE 10/12/2012, “vigilância patrimonial” é a atividade exercida em eventos sociais e dentro de estabelecimentos, urbanos ou rurais, públicos ou privados, com a finalidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio.

De tal modo, “controlar entradas e saídas de materiais” não se encontra exatamente entre as atribuições do profissional de vigilância, razão pela qual se impugna os referidos itens.

3) ITEM 6.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Eis o item impugnado:

6.2. Autorização vigente do Departamento de Polícia Federal - DPF para prestar serviços de vigilância, de acordo com a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, e atualizações posteriores, para fins de qualificação. As autorizações específicas para Penedo, Porto Real do Colégio e Maceió / Alagoas, onde serão executados os serviços de vigilância, serão exigidos apenas para a execução do contrato. Devendo-se apresentar o protocolo de solicitação em até 5 dias úteis da assinatura do contrato

Ocorre que só se exige autorização da Polícia Federal por unidade da federação, e não por municípios.

Nesse sentido, art. 13 da Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF:

§ 4º Os alvarás expedidos pelo Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada terão validade de um ano, a partir da data de sua publicação no DOU, **autorizando a empresa a funcionar nos limites da unidade da federação para a qual foram expedidos**

De tal modo, impugna-se o referido item do termo de referência.

4) ITEM 6.3.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Eis o item impugnado:

6.3.1. Caso a Licitante não possua instalações físicas no Estado onde prestará o serviço, deverá apresentar declaração de que instalará o escritório em local (cidade/município), a ser definido pela Codevasf no momento da assinatura do contrato. Para fins de regularidade, o certificado deverá ser apresentado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato.

Ocorre que é ilegal a exigência de instalações físicas/escritório no Estado onde prestará o serviço.



Sobre o assunto, destaque-se a decisão nos autos do MS 0817168-27.2021.4.05.800 no âmbito da Justiça Federal de Alagoas:

8. A licitação é procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para a contratação de serviços, de obras, de compras, de concessões, de permissões e de alienações.

9. Busca a Administração, por meio da licitação, alcançar dois objetivos: obter a melhor e mais vantajosa proposta entre os licitantes e garantir o princípio da igualdade. Outrossim, a obtenção da proposta que melhor atenda à Administração e ao interesse público deve observar os seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, além de outros pertinentes a toda a atividade administrativa.

10. Impugna o impetrante as especificações editalícias definidas no termo de referência e replicadas na minuta contratual do certame que tem por objeto a contratação de empresa especializada em vigilância patrimonial para a prestação de serviços de vigilância armada, a serem executados de forma contínua com concessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários para atender às necessidades do Ministério Público Federal (MPF) no Estado de Alagoas. Pugna pela exclusão das cláusulas abaixo, alegando, em síntese:

a) que os ITENS 1.3. DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA MINUTA DO CONTRATO (ANEXO VI DO EDITAL) E IX, 3 [\[i\]](#), DO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DO EDITAL) exigem, sem amparo legal, a obrigação do contratado manter nos municípios de prestação dos serviços sede, filial ou representação dotada de toda infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços ora contratados;

b) que os ITENS 1 e 2 DA CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA MINUTA DO CONTRATO E ITENS 1 e 2 DA CLÁUSULA XXIX DO TERMO DE REFERÊNCIA [\[ii\]](#) exigem, sem amparo legal, a obrigação do contratado observar cotas para mulheres e pessoas negras.

11. Em análise à resposta aos questionamentos apresentados pela empresa impetrante, constatei que apesar dos argumentos lançados, as duas exigências acima mencionadas são incompatíveis com o princípio da legalidade que rege a Administração Pública, pois não pode a administração inovar primariamente na ordem jurídica para restringir o caráter competitivo de licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 866/1993, a seguir transcritos:

" Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a



administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)"

12. No mais, especificamente quanto à impugnação acerca da necessidade de a contratada manter sede, filial ou representação nos municípios onde ocorrerão a prestação de serviços, ainda que se argumente que tal exigência pode ser inserida na esfera da discricionariedade do órgão licitante, ela deve estar devidamente fundamentada no edital pelo fato de apresentar significativo potencial restritivo ao caráter competitivo do certame, o que não ocorreu no presente caso. **Inexiste qualquer característica inerente à prestação do serviço de segurança que torne imprescindível a instalação de escritório da empresa contratada no Município em que o serviço será prestado. Conforme decidiu o TCU no acórdão mencionado pelo próprio impetrado, se a questão envolve a necessidade de um apoio ou auxílio fora do horário normal de expediente, bastaria definir que em consistiria esse serviço para incluí-lo no edital.**

13. Em respeito à equidade de gênero e raça, posto que louvável, a iniciativa da Procuradoria da República não possui respaldo legal, criando exigência para o licitante inexistente na lei, em prejuízo ao caráter competitivo do certame e à amplitude da concorrência. **Cabe ao Legislativo instituir políticas públicas e não ao administrador público fazê-lo a partir de um juízo próprio de conveniência e oportunidade, porque o administrador não legisla, nem possui legitimidade para se arvorar da condição de criador de normas a partir de uma interpretação criativa do direito, a ponto de inovar primariamente na ordem jurídica a fim de instituir políticas públicas.** Há a registrar existe expressa previsão normativa na Lei 14.133/2021 autorizando a exigência de cotas na contratação de mão de obra responsável pela execução do objeto do contrato com o Poder Público em favor mulheres vítimas de violência doméstica e oriundos e ou egressos do sistema prisional (art. 25, § 9º), **o que evidencia que o meio institucional legítimo para a normatização de iniciativas dessa natureza é do legislador, por meio de lei em sentido formal, não podendo o administrador público, que está jungido ao princípio da legalidade estrita, extrapolar os limites da norma para criar**



de iniciativa própria outras exceções, pois ao fazê-lo age de forma arbitrária e antijurídica. Assim, não pode a Administração Pública extrapolar dos limites da Lei, que deve ser interpretada restritivamente, para garantir a competitividade, impessoalidade, isonomia e a ampla concorrência.

14. No presente caso, vislumbro plausibilidade no argumento da impetrante quanto à ilegalidade das exigências impugnadas, pois, **de fato, não têm respaldo em nenhuma norma, não estão dentro da legalidade, não podendo a administração agir com discricionariedade quanto à exigência e manutenção de sede no local da prestação de serviço** e obrigação de contratar de acordo com equidade de gênero e raça, razão pela qual entendo ilícito esse tipo de exigências.

15. Com efeito, presente a verossimilhança de suas alegações e o perigo da demora, requisitos indispensáveis à concessão de medidas desta natureza, já que a contratada se verá obrigada a arcar com os custos de instalação de uma estrutura física, além de contratar obedecendo regras de equidade de gênero/raça, ambos sem previsão legal, o que representará dano à impetrante, acaso vença o certame.

16. Por todo o exposto, **defiro a liminar postulada para determinar que a autoridade coatora suspenda a exigibilidade do edital nos seguintes pontos: [...]; b) manutenção nos municípios de prestação dos serviços sede, filial ou representação dotada de toda infraestrutura técnica adequada, com recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços ora contratados (itens 1.3 da cláusula 11ª da minuta do contrato (Anexo VI do Edital) e IX, 3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)).**

Em verdade, há vedação legal para exigência de quaisquer documentos não previstos nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.

Nesse sentido, a redação do caput dos arts. 30 e 31 da Lei nº 8.666/93 é clara ao prescrever que a documentação “**limitar-se-á**”.

Portanto – o raciocínio é linear –, não se pode exigir outros documentos de habilitação afora os prescritos na Lei nº 8.666/93.

Com efeito, o vocábulo “limitar-se-á” é categórico, com força excludente. Isto é, sob pena de se adotar interpretação *contra legem*, é de se reputar inválida quaisquer exigências no tocante à habilitação que não tenha sido prevista no rol exaustivo da Lei nº 8.666/93.

A doutrina, em uníssono, perfilha tal entendimento. Entre vários autores, JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR verbera:

As cabeças dos arts. 30 e 31 (qualificação técnica e econômico-financeira) fazem uso do modo verbal ‘limitar-se-á’, o que significa que, em cada caso,



o respectivo ato convocatório não poderá exigir documentos além daqueles mencionados nos artigos, que demarcam o limite máximo de exigência, mas poderá deixar de exigir os documentos que, mesmo ali referidos, considerar desnecessários para aferir as qualificações técnica e econômico-financeira satisfatórias, porque bastarão à execução das futuras obrigações que se imporão ao licitante que surtir vencedor do torneio (...)

Ainda no que toca às generalidades dos documentos exigíveis na fase de habilitação, sublinhe-se que o ato convocatório padecerá de vício de ilegalidade se exigir qualquer documento, por mais plausível que pareça, imprevisto nos arts. 27 a 31. (PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Op. cit. p. 323 -324)

Na mesma senda, TOSHIO MUKAI pondera:

Os arts. 27 a 31 indicam a documentação a ser, com exclusividade, exigida para a habilitação. **Essas exigências são taxativamente elencadas pela Lei nº 8.666/93, sendo, portanto, vedadas as exigências não constantes expressamente nesse diploma.** Trata-se de normas gerais sobre licitações, pois as exigências dizem respeito à salvaguarda dos princípios da licitação, em especial do da igualdade. (MUKAI, Toshio. Licitações e contratos públicos. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999, p. 52).

CARLOS PINTO COELHO MOTTA também segue essa orientação:

A redação do artigo 27 é precisa. Estabelece ‘requisitos limítrofes’, no dizer do Ministro Paulo Bugarini. A documentação dos interessados será, exclusivamente, relativa a: habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e, finalmente, comprovante do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (...) Efetivamente, a vivência prática de inúmeros processos licitatórios vem comprovando que a imaginação está sempre a serviço dos órgãos e entidades licitadores. É extensa a gama de requisitos abusivos e absurdos que os editais estipulam arbitrariamente, como condicionantes da participação dos interessados. (MOTTA, Carlos Pinto Coelho. Eficácia nas licitações e Contratos. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. p. 256 - 257)

Afinal, pelo vocábulo “limitar-se-á” deve ser entendido que a documentação constante no rol dos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/93 é a documentação máxima a ser exigida. Não se pode exigir além daquilo.

De tal forma, de acordo com entendimento do STJ¹ e TCU², o elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo, de modo que não é obrigatória a exigência pela Administração de todos os requisitos estabelecidos na Lei

¹ REsp 402.711/SP, rel. Min. José Delgado, j. em 11/06/2002.

² Acórdão 991/2006, Plenário, rel. Min. Guilherme Palmeira.



8.666/93. Isto é, o edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos³.

Acresça-se, ainda, que o § 5º do referido art. 30 dispõe que “*é vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação*”.

No mesmo sentido, o art. 37, XXI, da Constituição Federal estipula que, em licitações, “*somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações*”.

No mais, vale assinalar que qualquer ato administrativo deve estar subordinado ao princípio da legalidade (CF/88, arts. 5º, II, 37, *caput*, 84, IV), de modo que a Administração poderá atuar tão somente de acordo com o que a lei determina.

Sobre o tema, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello:

O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize. Donde, administrar é prover aos interesses públicos, assim caracterizados em lei, fazendo-o na conformidade dos meios e formas nela estabelecidos ou particularizados segundo suas disposições. (Curso de Direito Administrativo. São Paulo, Malheiros, 2002, p. 87/88)

Ora, qual lei exige do licitante instalações físicas no município onde será prestado o serviço??

Pelo contrário: o art. 3º, § 1º, I, da Lei 8.666/93 veda aos agentes públicos “**admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”.

Inclusive, o citado Acórdão 769/2013 do TCU⁴ corre justamente na contramão do edital:

A jurisprudência deste Tribunal também considera restritiva a imposição de critérios que se referem a: onerar os custos dos licitantes; exigir que os profissionais que irão prestar o serviço sejam do quadro permanente da

³ JUSTEN FILHO, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2010, p. 401.

⁴ https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-1268110/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse



empresa; comprovar experiência incompatível com a natureza do serviço a ser executado; **possuir escritório ou estrutura física na cidade onde vai ser prestado o serviço**; estipular quantitativos de atestados de capacidade técnica; limitação de tempo ou de época para os atestados de capacidade técnica (Acórdãos 354/2008, 168/2009, 1.745/2009, 885/2011 e 1.028/2011, todos do Plenário; Acórdão 6233/2009-TCU-Primeira Câmara; e Acórdãos 3.966/2009, 4.300/2009 e 2.796/2011, todos da 2ª Câmara).

A exigência de que as licitantes tenham estrutura na cidade sede das entidades também oneram os custos para a participação no certame. Empresas sediadas em outras cidades poderiam sentir-se desencorajadas de participar da licitação em razão dos custos decorrentes dessa disposição.

Esses critérios restritivos limitam indevidamente a quantidade de possíveis participantes, em prejuízo não só à competitividade, mas também ao alcance da melhor proposta. A jurisprudência deste Tribunal entende que as exigências devem se ater ao mínimo necessário para garantir a qualificação das empresas para a execução do contrato, de modo que não haja restrição indevida à competitividade do certame, inclusive criando risco de favorecimento indevido a licitante.

[...]

9.2. determinar ao Serviço Social do Comércio – Conselho Nacional e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Conselho Nacional, que, doravante, nos certames que realizar:

9.2.1. **abstenham-se de incluir nos instrumentos convocatórios critérios restritivos, tais como a imposição de custos aos licitantes e a obrigação de que possuam escritório ou estrutura física na cidade onde vai ser prestado o serviço**, sem justificativas para a imprescindibilidade de tais exigências para o cumprimento do objeto

Na mesma linha de raciocínio, segue Excerto do Acórdão 2274/2020 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

"9.4. dar ciência ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 34/2020, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:

9.4.1. **a exigência de que os licitantes instalem escritório na cidade de Cuiabá ou Várzea Grande no prazo máximo de sessenta dias a partir da vigência do contrato, estabelecida no item 12.2.2 do Edital do Pregão Eletrônico 34/2020, sem a devida demonstração de que seja imprescindível para a garantia da adequada execução do objeto licitado, e/ou, considerando os custos a serem suportados pela contratada, sem avaliar a sua pertinência frente à materialidade da contratação e aos**



impactos no orçamento estimativo e na competitividade do certame, entre outros exames, tem o potencial de restringir o caráter competitivo da licitação, afetar a economicidade do contrato e ferir o princípio da isonomia, em ofensa ao art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, assim como à jurisprudência deste Tribunal"

Ante o exposto, requer-se a exclusão do item ora impugnado.

5) ITEM 14.15 DO TERMO DE REFERÊNCIA

Eis o item ora impugnado:

14.15. Substituir, no prazo de 1 (uma) hora, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato.

Ocorre que tal prazo exigido de uma hora é, na prática, impossível se a empresa não tiver base operacional em todas as cidades onde serão executados os serviços (que é o caso de todas as concorrentes do mercado).

De tal modo, tal exigência foge à razoabilidade e ao bom-senso, inclusive expondo a contratada a uma série de sanções por inexecução contratual, motivo pelo qual deve ser excluída do edital.

6) DA CONCLUSÃO

Do exposto, em nome da transparência que deve nortear os negócios realizados pela Administração Pública, impugnamos o item editalício alinhavado, visto encontrar-se em frontal desacordo com a sistemática jurídica, requerendo que seja adequado à norma legal vigente, conforme disposto acima, requerendo a procedência da presente impugnação, com nova publicação, sanadas as irregularidades, por ser ato de escorreita JUSTIÇA.

Pede deferimento.

Maceió-AL, 21 de outubro de 2022.

PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

Antonio José Borba de Albuquerque

Procurador

CPF nº 265.528.254-04



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwInSCA9E9GslxasVYNA&chave2=biyYHKotZXWAGXCKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.
QUADRAGÉSIMA SÉTIMA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ/MF: 11.179.264/0001-70

1. SÓCIOS

- (a) **AGOSTINHO ROCHA GOMES**, brasileiro, nascido no dia 03 de julho de 1955, solteiro, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o número 091.839.904-10, portador da cédula de identidade expedida pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco sob o número 1.289.801, residente e domiciliado na cidade de Camaragibe/PE, com endereço na Estrada de Aldeia, s/n, Km 02, Aldeia dos Camarás, Chácara Vila Bela, CEP 54792-000.
- (b) **FELIPE GOMES MACIEL**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, nascido no dia 16 de março de 1990, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 074.050.554-86, portador da cédula de identidade expedida pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco sob o nº 6.510.815, residente e domiciliado na Rua Pirarucu, nº 07, Maria Farinha, em Paulista, Estado de Pernambuco, CEP 53.427-400.

2. ESTIPULAÇÕES CONTRATUAIS

2.1. TERMO INICIAL – EMPRESA

Por este instrumento e na melhor forma de direito, as partes contratantes levam a efeito a **Quadrágésima Sétima Alteração e Consolidação do Contrato Social** da sociedade limitada **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o número 11.179.264/0001-70, com endereço na Rua Afonso Pena, número 322, no bairro de Santo Amaro, Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, CEP 50050-130, que tem seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o número 2620.026.702-9 em 08 de setembro de 1976, e suas posteriores alterações, a primeira sob o número 25.297 em 06 de dezembro de 1978, a segunda sob o número 42.255 em 14 de junho de 1982, a terceira sob o número 2620.026.702-9 em 08 de maio de 1984, a quarta sob o número 2620.026.702-9, em 21 de setembro de 1984, a quinta sob o número 2620.026.702-9, em 02 de dezembro de 1986, a sexta sob o número 2620.026.702-9 em 17 de julho de 1987, a sétima sob o número 2620.026.702-9 em 02 de julho de 1988, a oitava sob o número 2620.026.702-9 em 16 de outubro de 1990, a nona sob o número 2620.026.702-9 em 18 de outubro de 1991, a décima sob o número 93.039.096.2 em 23 de julho de 1993, a décima primeira sob o número 94.076.715.5 em 22 de dezembro de 1994, a décima segunda sob o número 96.010.822.0 em 14 de fevereiro de 1996, a décima terceira sob o número 96.082.777.3 em 27 de dezembro de 1996, a décima quarta sob o número 970258933 em 09 de maio de 1997, a décima quinta sob o número 980325978 em 13 de maio 1998, a décima sexta sob o número 980720036 em 19 de novembro de 1998, a décima sétima sob o número 990390764 em 09 de julho de 1999, a décima

30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9E9GslxasVYNA&chave2=bivYHkOtZXwAGXckI4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

oitava sob o número 990788733 em 15 de dezembro de 1999, a décima nona sob o número 000528153 em 03 de agosto de 2000, a vigésima sob o número 010636102 em 17 de julho de 2001, a vigésima primeira sob o número 20020102828 em 22 de janeiro de 2002, a vigésima segunda sob o número 20040481956 em 26 de maio de 2004, a vigésima terceira sob o número 20050785788 em 16 de setembro de 2005, a vigésima quarta sob o número 20060840323 em 21 de agosto de 2006, a vigésima quinta sob o número 20061068233 em 24 de outubro de 2006, a vigésima sexta sob o número 20080345557 em 29 de fevereiro de 2008, a vigésima sétima sob o número 20081418000 em 04 de agosto de 2008, a vigésima oitava sob o número 20082119783 em 18/11/2008, a vigésima nona sob o número 20090072065 em 20/01/2009, a trigésima sob o número 20090829905 em 05/06/2010, a trigésima segunda sob o número 26900554217 em 15/12/2010, a trigésima terceira sob o número 26900580544 em 27/09/2011, a trigésima quarta sob o número 20112098487 em 03/10/2011, a trigésima quinta sob o número 20112292828 em 11/11/2011, a trigésima sexta sob o número 20137485620 em 12/08/2013, a trigésima sétima sob o número 20137096992 em 13/09/2013, a rerratificação da trigésima sétima sob o número 20148805124, em 09/06/2014, a trigésima oitava sob o número 20148416497 em 15/08/2014, a trigésima nona sob o número 20147704804 em 09/01/2015, a quadragésima sob o número 20159483387, em 07/04/2015, a quadragésima primeira sob o número 20157902145, em 05/02/2016, a quadragésima segunda sob o número 20188197621, em 26/10/2018, a quadragésima terceira sob o número 20188136770, em 06/12/2018, a quadragésima quarta sob o número 20198981384, em 11/06/2019, a quadragésima quinta sob o número 20198222300, em 01/11/2019 e a quadragésima sexta sob o número 20209822716, em 10/02/2020, respectivamente.

2.2. ABERTURA DA FILIAL ARCOVERDE/PE

A sociedade por unanimidade resolve abrir a **FILIAL ARCOVERDE/PE**, com endereço na Avenida Agnelo Arruda Lacerda, nº 159, no bairro de São Miguel, na cidade de Arcoverde, no Estado de Pernambuco, CEP 56509-180, com destaque de Capital Social no valor de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais).

2.3. NOVA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO CONTRATO SOCIAL

Em virtude da alteração espelhada na cláusula 2.2. acima, o artigo 2º do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º - SEDE - A sociedade tem sua casa **MATRIZ** com endereço na Rua Afonso Pena, número 322, no bairro de Santo Amaro, cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, CEP: 50050-130; **FILIAL SALVADOR/BA** com endereço na Avenida Jequitiaia, número 124, Água de Meninos (Cidade Baixa), na cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, CEP: 40460-120; **FILIAL PETROLINA/PE** com endereço na Avenida Coronel Clementino Coelho, número 597, no bairro Atrás da Banca, na cidade de Petrolina, neste Estado de Pernambuco, CEP: 56308-210; **FILIAL FEIRA DE SANTANA/BA**, com endereço na Rua Honorato Bonfim, número 906, no bairro do Pilão, na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, CEP: 44072-530; **FILIAL MACEIÓ/AL**, com endereço na Avenida Fernandes Lima, número 1959, no bairro Pinheiros, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas – CEP: 57057- 000; **FILIAL NATAL/RN**, com endereço na Avenida Prudente de Moraes, número 2255, no bairro Barro

30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9E9GslxasVYNA&chave2=biyYHkOtZxwAGXckI4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

Vermelho, na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte – CEP: 59075-700; **FILIAL CARUARU/PE**, com endereço na Avenida Roraima, número 230, no bairro de Maurício de Nassau, na cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco – CEP: 55014-530; **FILIAL SALGUEIRO/PE**, com endereço na Rua Clarisbalte Filgueira Sampaio, número 105, no bairro de Santo Antônio, na cidade de Salgueiro, no Estado de Pernambuco – CEP: 56000-000; **FILIAL ARACAJÚ/SE**, com endereço na Rua Campo do Brito, número 65, no bairro Treze de Julho, na cidade de Aracaju, no Estado de Sergipe – CEP: 49020-380; **FILIAL FORTALEZA/CE**, com endereço na Avenida Francisco Sá, número 2455, no bairro Jacarecanga, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará – CEP: 60310-000; **FILIAL JUAZEIRO DO NORTE/CE**, com endereço na Rua Vereador José Gonçalves de Almeida, número 42, no bairro Tiradentes, na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, CEP 63031-000; **FILIAL GARANHUNS/PE**, com endereço na Rua Severiano Peixoto, nº 162, no bairro de Santo Antônio, na cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco, CEP 55293-050 e **FILIAL ARCOVERDE/PE**, com endereço na Avenida Agnelo Arruda Lacerda, nº 159, no bairro de São Miguel, na cidade de Arcoverde, no Estado de Pernambuco, CEP 56509-180, podendo, por deliberação dos sócios, abrir outras filiais, sucursais e escritórios para sua representação, em qualquer parte do território nacional, de acordo com o artigo 997, II, CC/2002.

2.4. RETIFICAÇÃO, RATIFICAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

As partes contratantes assim retificam o contrato da sociedade e ratificam as demais estipulações que não foram expressamente alteradas neste instrumento, cujo contrato social, passa a vigorar com a redação da CONSOLIDAÇÃO que segue.

“PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.”

CNPJ/MF – 11.179.264/0001-70

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Artigo 1º - DENOMINAÇÃO SOCIAL – Sob a denominação de **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.**, gira a sociedade limitada.

Artigo 2º - SEDE - A sociedade tem sua casa **MATRIZ** com endereço na Rua Afonso Pena, número 322, no bairro de Santo Amaro, cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, CEP: 50050-130; **FILIAL SALVADOR/BA** com endereço na Avenida Jequitaia, número 124, Água de Meninos (Cidade Baixa), na cidade de Salvador, Capital do Estado da Bahia, CEP: 40460-120; **FILIAL PETROLINA/PE** com endereço na Avenida Coronel Clementino Coelho, número 597, no bairro Atrás da Banca, na cidade de Petrolina, neste Estado de Pernambuco, CEP: 56308-210; **FILIAL FEIRA DE SANTANA/BA**, com endereço na Rua Honorato Bonfim, número 906, no bairro do Pilão, na cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, CEP: 44072-530; **FILIAL MACEIÓ/AL**, com endereço na Avenida Fernandes Lima, número 1959, no bairro Pinheiros, na cidade de Maceió, no Estado de Alagoas – CEP: 57057-000; **FILIAL NATAL/RN**, com endereço na Avenida Prudente de Moraes, número 2255, no bairro Barro Vermelho, na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte – CEP: 59075-700; **FILIAL CARUARU/PE**, com endereço na Avenida Roraima, número 230, no bairro de Maurício de

30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762

http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYSCA9E9GslxasVYNA&chave2=biYXKotZXWAGXCKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

Nassau, na cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco – CEP: 55014-530; **FILIAL SALGUEIRO/PE**, com endereço na Rua Clarisbalte Filgueira Sampaio, número 105, no bairro de Santo Antônio, na cidade de Salgueiro, no Estado de Pernambuco – CEP: 56000-000; **FILIAL ARACAJÚ/SE**, com endereço na Rua Campo do Brito, número 65, no bairro Treze de Julho, na cidade de Aracajú, no Estado de Sergipe – CEP: 49020-380; **FILIAL FORTALEZA/CE**, com endereço na Avenida Francisco Sá, número 2455, no bairro Jacarecanga, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará – CEP: 60310-000; **FILIAL JUAZEIRO DO NORTE/CE**, com endereço na Rua Vereador José Gonçalves de Almeida, número 42, no bairro Tiradentes, na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, CEP 63031-000; **FILIAL GARANHUNS/PE**, com endereço na Rua Severiano Peixoto, nº 162, no bairro de Santo Antônio, na cidade de Garanhuns, no Estado de Pernambuco, CEP 55293-050 e **FILIAL ARCOVERDE/PE**, com endereço na Avenida Agnelo Arruda Lacerda, nº 159, no bairro de São Miguel, na cidade de Arcoverde/PE, podendo, por deliberação dos sócios, abrir outras filiais, sucursais e escritórios para sua representação, em qualquer parte do território nacional, de acordo com o artigo 997, II, CC/2002.

Artigo 3º- PRAZO DE DURAÇÃO – A sociedade é por prazo indeterminado, com início de suas atividades desde o arquivamento de seu primitivo contrato social de constituição, na JUCEPE – Junta Comercial do Estado de Pernambuco, de acordo com o art. 997, II, CC/2002.

Artigo 4º - OBJETIVOS SOCIAIS – São objetivos da sociedade, independentemente da ordem de nomeação; (a) transporte de valores, conferência, contagem e preparação do numerário de clientes para depósitos em tesourarias bancárias e abastecimento de ATMs e guarda ou custódia dos valores pelo tempo necessário ao transporte; (b) serviços de vigilância patrimonial; (c) vigilância eletrônica; (d) escolta armada e (e) segurança pessoal.

Artigo 5º - CAPITAL SOCIAL – O capital social, totalmente integralizado em dinheiro de contado, moeda circulante nacional, é do valor de **R\$.20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**, com destaque de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) para a MATRIZ, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL SALVADOR/BA, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL PETROLINA/PE, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL FEIRA DE SANTANA/BA, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL MACEIÓ/AL, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL NATAL/RN, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL CARUARU/PE, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL SALGUEIRO/PE, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL ARACAJU/SE, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL FORTALEZA/CE, com o destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL JUAZEIRO DO NORTE/CE, com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL GARANHUNS/PE e com destaque de R\$.1.000.000,00 (um milhão de reais) para a FILIAL ARCOVERDE/PE, dividido o Capital Social em 20.000.000 (vinte milhões) de quotas no valor nominativo e unitário de R\$.1,00 (um real) cada uma delas, respectivamente, distribuído entre os sócios da seguinte maneira:

- (a) O sócio **AGOSTINHO ROCHA GOMES** tem 19.800.000 (dezenove milhões e oitocentas mil) quotas do Capital Social, no valor de R\$.19.800.000,00 (dezenove milhões e oitocentas mil reais).
- (b) O sócio **FELIPE GOMES MACIEL** tem 200.000 (duzentas mil) quotas do Capital Social, no valor de R\$.200.000,00 (duzentos mil reais).

30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYnSCA9E9GslxasVYN&chave2=biyYHKotZXWAGXckI4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

Parágrafo Primeiro – As quotas do Capital Social são indivisíveis em relação à sociedade, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do sócio ou dos sócios que detenham no mínimo 51% do capital social, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, de acordo com os artigos 1.056 e 1.057, CC/2002.

Parágrafo Segundo – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, de acordo com o artigo 1.052, CC/2002.

Artigo 6º - ADMINISTRAÇÃO – A administração da sociedade é exercida individualmente pelo sócio **AGOSTINHO ROCHA GOMES**, que pratica todos os atos inerentes à gestão dos negócios sociais, podendo, firmar contratações de qualquer natureza, seja com a praça em geral e, com órgãos e repartições públicas, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir, aceitar e endossar títulos de crédito e papéis do comércio, admitir e demitir funcionários, representar a sociedade ativa e passivamente, seja em juízo ou fora dele e, inclusive, constituir procuradores com poderes de gerência e para constituir advogado com os poderes especiais da cláusula “ad judícia” para o foro em geral, em qualquer instância ou tribunal, de acordo com os 997, VI; 1.013, 1.015 e 1.064, CC/2002.

Parágrafo Primeiro – A gerência das filiais e escritório de representação, subordina-se as deliberações e diretrizes da administração da matriz, as quais são administradas por administradores, contratados pelo sócio administrador na qualidade de procuradores, constituídos por instrumento público, com prazo de duração máximo de 12 (doze) meses, investidos eles procuradores, dos poderes especiais e específicos para gerir os negócios sociais e, em nome da filial, contratar, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, emitir, aceitar e endossar títulos de crédito e papéis do comércio, admitir e demitir funcionários, representar a filial ativa e passivamente, seja em juízo ou fora dele e, inclusive, para constituir advogado com poderes especiais da cláusula “ad judícia” para o foro em geral, em qualquer instância ou tribunal.

Parágrafo Segundo – Aos sócios é vedada a prestação de garantias como avais e fianças em nome da sociedade, em favor de terceiros e, negócios estranhos aos objetivos sociais.

Artigo 7º - PRÓ-LABORE – O sócio administrador terá direito a uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, no valor limitado pela legislação fiscal do Imposto de Renda, ou no valor a ser deliberado por maioria simples dos sócios em relação às correspondentes participações no capital social, de conformidade com o artigo 1.071 do CCB.

Artigo 8º - EXERCÍCIO – LUCROS – PREJUÍZOS – O exercício social coincidirá sempre com ano civil. Procedendo-se anualmente ao **BALANÇO GERAL** encerrado em 31 de dezembro, onde após apuração dos lucros ou prejuízos, serão estes distribuídos ou suportados, conforme o caso, pelos sócios na exata proporção de suas correspondentes participações no capital social.

Parágrafo Primeiro – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço

30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762



http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=ampwYhSCA9E9GslxASVYNA&chave2=bivYHKotZXWAGXCKiFrdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas, de acordo com o artigo 1.065, CC/2002.

Parágrafo Segundo - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso de acordo com os artigos 1.071 e 1.072, §2º e art. 1.078, CC/2002.

Artigo 9º - FALECIMENTO, INSOLVÊNCIA OU RETIRADA DE SÓCIO - Falecendo ou interditado qualquer dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com o sócio remanescente e os herdeiros, os sucessores e o incapaz; entretanto, não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias do fato causador, pagos em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 30 (trinta) dias após a data do encerramento do balanço especial.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese de dissolução da sociedade, será procedido um BALANÇO DE LIQUIDAÇÃO, onde apurados os haveres e deveres dos sócios serão eles, distribuídos ou suportados, conforme o caso, na mesma proporção de suas correspondentes participações no capital social.

Parágrafo Segundo - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio, de acordo com o artigo 1.028 e art. 1.031, CC/2002.

Artigo 10º - DELIBERAÇÕES SOCIAIS - As deliberações sociais, serão tomadas sempre e necessariamente por maioria de votos em relação ao capital social, inclusive para as futuras alterações do contrato social, que independem da assinatura da totalidade dos sócios para sua validade e eficácia.

Artigo 11º - FORO - Fica eleito o foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, como único competente para dirimir ações ou questões decorrentes, inerentes ou consequentes deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial e privilegiado que seja ou venha a ser, com renúncia inclusive ao foro do atual ou possível domicílio futuro das partes contratantes.

Artigo 12º - CASOS OMISSOS - Aplica-se aos casos omissos neste contrato, as disposições da legislação que disciplina as sociedades limitadas, em vigor.

Artigo 13º - DECLARAÇÃO EXPRESSA – O administrador declara sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou contra a propriedade, de acordo com o artigo 1.011, § 1º, CC/2002.

30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762



http://assinador.pcs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave=ampwXSCA9E9GslxasVYNA&chave2=bivYHkOtZXWAGXK14FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 85591238491-MARCOS ANDRÉ GUEIROS COSTA

2.5. **ENCERRAMENTO** – Sendo o que foi efetivamente deliberado e o que os sócios têm entre si justo e contratado, assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via, na presença de 02 (duas) testemunhas, revestindo este ato de suas necessárias e indispensáveis formalidades legais.

1º Cartório de Notas de Olinda

AGOSTINHO ROCHA GOMES

Recife, 17 de dezembro de 2020.

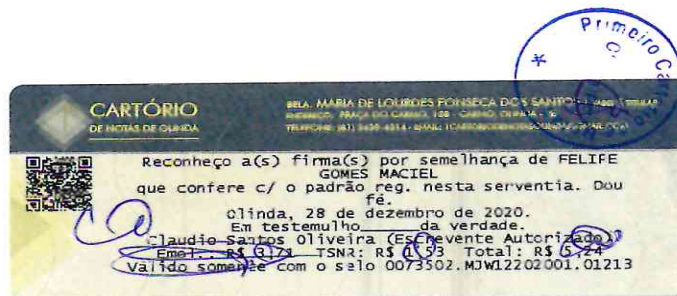
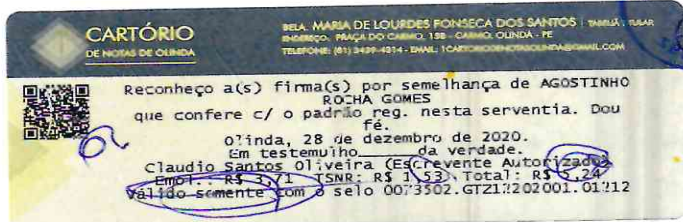
1º Cartório de Notas de Olinda

FELIPE GOMES MACIEL

Testemunhas:

Antonio Laete Cabral Filho
CPF: 102.698.784-91
RG: 1.252.858 – SDS/PE.

Edna Bezerra dos Santos
CPF: 167.965.004-15
RG: 1.671.816 – SDS/PE.



30/12/2020



Certifico o Registro em 30/12/2020

Arquivamento 20207957029 de 30/12/2020 Protocolo 207957029 de 28/12/2020 NIRE 26200267029

Nome da empresa PRESERVE SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 90453548672762



Avenida Rosa e Silva, 212, Graças, Recife/PE
Telefone/fax: (81) 3224.5406
www.cartoriorecife.com.br



Junia G. Flora
Tabeliã

LIVRO.: 1013

FOLHA: 077



PROCURAÇÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de novembro do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), no 3º **TABELIONATO DE NOTAS DO RECIFE**, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Nº 212 - Graças - Recife - Pernambuco, lavro este instrumento público de procuração, em que, perante mim **Junia Gomes Flora, tabeliã**, compareceu como **OUTORGANTE** - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, sociedade esta por quotas de responsabilidade limitada, com matriz nesta cidade do Recife-PE, na Rua Afonso Pena, nº 322, no bairro de Santo Amaro, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº 11.179.264/0001-70; e suas filiais - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Avenida Jequitiaia, nº 124, Cidade Baixa, Salvador-BA, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0002-51; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Avenida Fernandes Lima, nº 1959, Pinheiros, Maceió-AL, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0007-66; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Avenida Clementino Coelho, nº 597, Atrás da Banca, Petrolina-PE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0005-02; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Avenida Roraima, nº 230, Mauricio de Nassau, Caruaru-PE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0009-28; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Rua Honorato Bonfim, nº 906, Pilão, Feira de Santana-BA, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0006-85; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Avenida Prudente de Moraes, nº 2255, Barro Vermelho, Natal-RN, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0008-47, - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Rua Clarisbalte Filgueira Sampaio, nº 105, Santo Antonio, Salgueiro-PE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0010-61; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Rua Campo do Brito, nº 65, Treze de Julho, Aracaju-SE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0013-04; - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Avenida Francisco Sá, nº 2455, Jacarecanga, Fortaleza-CE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0012-23; **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Rua Vereador José Gonçalves de Almeida, nº 42, Tiradentes, Juazeiro do Norte-CE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0014-95, **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Rua Avenida Agnelo Lacerda, nº 159, São Miguel, Arcoverde-PE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0016-57 e - **PRESERVE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA**, com sede na Rua Severiano Peixoto, nº 162, Santo Antonio, Garanhuns-PE, inscrita no CNPJ. sob o nº 11.179.264/0015-76, todas com endereço eletrônico: preserve@grupopreserveliserve.com.br, neste ato representadas por seu Sócio Administrador **AGOSTINHO ROCHA GOMES**, brasileiro, solteiro, empresário, filho de Agostinho Cavalcanti Gomes e de Lilian Leda Rocha Gomes, portador da Carteira de Identidade nº 1.289.801-SDS-PE, inscrito no CPF/MF. sob o nº 091.839.904-10, residente e domiciliado na Estrada de Aldeia, Km 02, Chácara Vila Bela, na cidade de Camaragibe-PE, com endereço eletrônico: preserve@grupopreserveliserve.com.br; reconhecidas pelos próprios de mim Tabeliã e por elas me foi dito, que pôr este público INSTRUMENTO, e nos termos de direito nomeia e constitui seus Bastantes Procuradores, a) **AGOSTINHA MARIA VITAL DE SOUSA**, brasileira, viúva, analista comercial, filha de José Vital de Sousa e de Adeilda Vital de Oliveira Sousa, portadora

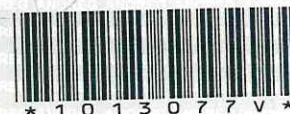
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Estado de Pernambuco



LIVRO.: 1013

FOLHA.: 077V



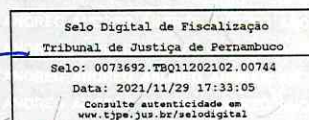
da Carteira de Identidade nº 3.686.401-SDS-PE, inscrita no CPF/MF. sob o nº 688.192.854-87, residente e domiciliada na Av. Joaquim Ribeiro, nº 740, Bloco E, Casa 17, bairro Caxangá, nesta cidade do Recife-PE, com endereço profissional comum ao da empresa, com endereço eletrônico: agostinha.vital@grupopreserveliserve.com.br; e b) **ANTONIO JOSÉ BORBA DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, casado, gerente comercial, filho de Bartolomeu Cardozo de Albuquerque e de Rosa Borba de Albuquerque, portador da Carteira de Identidade nº 2.853.762-SSP-PE, inscrito no CPF/MF. sob o nº 265.528.254-04, residente e domiciliado na Avenida Beberibe, nº 3530, bloco B-09, aptº 301, bairro do Porto da Madeira, nesta cidade do Recife-PE, com endereço profissional comum ao da empresa, com endereço eletrônico: antonio.borba@grupopreserveliserve.com.br; aos quais confere e outorga os poderes para representarem legalmente a **OUTORGANTE** em processos de licitação e/ou cotações em qualquer nível das Administrações Federal, Estadual e Municipal em qualquer Estado e Município do Brasil, bem como junto a qualquer órgão da Administração Federal, Estadual e Municipal, quer autarquias, fundações, Empresas de Economia Mista, Empresas Públicas, Empresas Privadas/Particulares, qualquer que seja a modalidade de licitação, elencadas no Decreto-Lei nº 8.666/93, inclusive na modalidade de pregões, podendo ofertar lances e formular propostas, praticar, assinar, firmar, assumir compromissos, responsabilidades, acordar, discordar, podendo ainda recorrer de qualquer decisão em qualquer fase, esgotando, inclusive toda e qualquer Instância administrativa, enfim, praticar, todo e qualquer ato inerente e necessário à representação e interesse da **OUTORGANTE** em processos licitatórios, **vedado o substabelecimento, cujo o mandato tem prazo de validade por 12 (doze) meses, a contar desta data.** Os elementos relativos à qualificação e identificação da procuradora, bem como o objeto do presente mandato foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles se responsabiliza. Recolhidas as Taxas FERC - Fundo Especial do Registro Civil, no valor de R\$ 7,15, TSNR - Taxa de Serviço Notarial e de Registro, no valor de R\$ 14,30, ISS - Imposto Sobre Serviço, no valor de R\$ 3,57, FERM-PJ - Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, no valor de R\$ 0,71, FUNSEG - Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, no valor de R\$ 1,43, sendo os Emolumentos R\$ 64,33. Selo Digital: **0073692.TBQ11202102.00744**. Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital. Em fé de verdade assim o disse e outorgou, sendo lavrada a presente **Procuração**, a qual feita e lida sendo lida, em alta e clara voz, achou-a conforme, outorgando, aceitando e assinando Eu, Flávia Ferreira de Melo, (flv.), Escrevente Autorizada lavrei, rubriquei e encerrei este ato, conferindo toda a documentação necessária para sua devida efetivação, como também, a assinatura aposta neste documento, colhida em Diligência por esta Serventia, na rua Afonso Pena, nº 322, bairro de Santo Amaro, nesta cidade do Recife-PE. Eu, **JUNIA GOMES FLORA – Titular do 3º Tabelionato de Notas do Recife**, subscrevo e assino estando conforme com o original (a.a) **AGOSTINHO ROCHA GOMES**.

Em testemunho () da verdade

Junia Gomes flora
- Tabeliã -

Flávia da Paz Teixeira

Flávia da Paz Teixeira
Escrevente Autorizado
3º - Tabelionato de Notas



AAA 0931150

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

PE

NOME
ANTONIO JOSE BORBA DE ALBUQUERQUE

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
2853762 SSP PE

CPF
265.528.254-04

DATA NASCIMENTO
09/05/1965

FILIAÇÃO
**BARTOLOMEU CARDOZO DE
ALBUQUERQUE
ROSA BORBA DE ALBUQUER
QUE**

PERMISSÃO
B

ACC
B

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
03503579902

VALIDADE
14/03/2025

1ª HABILITAÇÃO
26/07/1983

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RECIFE, PE

DATA EMISSÃO
16/03/2020

ASSINATURA DO EMISSOR
Roberto Carlos Moreira Fontelles
Roberto Carlos Moreira Fontelles
Diretor Presidente

59453789699
PE097006254

PERNAMBUCO

DE NATRAN CONTRAN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1999243685

PROIBIDO PLASTIFICAR
1999243685